



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

O Município de Doutor Ricardo – RS, torna público que a Comissão Municipal de Licitações, reunir-se-á no dia **20 de abril de 2017**, às **09 horas**, no Setor de Licitações - Centro Administrativo -, sito na Rodovia 332, KM 21, nº 3.699, Centro, no Município de Doutor Ricardo - RS, fone (51) 3612-2008, para receber propostas e documentação para aquisição de equipamentos coletores de dados, material de consumo e licença de uso de programa para efetuar a leitura de consumo de água no Município de Doutor Ricardo - RS, conforme Termo de Referência (ANEXO I). Cópia do Edital no site www.doutorricardo.rs.gov.br e informações pelo telefone acima no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.

CATEA MARIA BORSATTO ROLANTE
PREFEITA MUNICIPAL DOUTOR RICARDO - RS



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 042/09, de 05 de junho de 2009, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto desta licitação é a contratação de empresa para aquisição de equipamentos coletores de dados, material de consumo e licença de uso de programa para efetuar a leitura de consumo de água no Município de Doutor Ricardo - RS, conforme Termo de Referência (ANEXO I), deste Edital, bem como os demais anexos, que integram esta licitação, independentemente de transcrição ou anexação e que devem ser obedecidos para a execução do objeto.

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO.

Data: 20/04/2017

Horário: 09h

Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Administração no Centro Administrativo Municipal, na RS 332, Km 21, nº 3.699, Centro.

3. DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.1 Estão impedidas de participar de qualquer fase deste procedimento licitatório pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

- a) Não comprovarem sua condição de empresa legalmente constituída, e não demonstrarem, através de seu contrato e/ou estatuto social, que o objeto da empresa é compatível com o objeto da presente licitação;
- b) Estiverem cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por este Município;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

- c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- d) Estiverem sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, ou, ainda, sob regime de recuperação judicial;
- e) Consórcios ou grupo de empresas seja qual for à forma de constituição;
- f) Autor do projeto, básico ou executivo;
- g) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- h) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- i) Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar todas as empresas interessadas, que comprovarem possuir os requisitos exigidos neste Edital, que tenham especificado, como objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital.

4.2 Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

4.3 Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação pela Prefeitura poderá ser efetuada com antecedência junto ao setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 Na sessão pública para recebimento das propostas e documentação da habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

5.2 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Em se tratando de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
 - a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado ou;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações ou;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil ou;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País ou;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) Em casos de representação o credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, devidamente reconhecida em cartório, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para praticar atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, **ou**;

b.1) termo de credenciamento específico, conforme modelo **(ANEXO V)**, do presente Edital, que comprove a existência dos necessários poderes para praticar atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

5.3 Deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto, contrato social, ou documento equivalente e da última alteração estatutária ou contratual, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

Nota (1): Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

Nota (2): A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 5.2 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

5.4 Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas etapas desta licitação e a responder por sua representada, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

5.5 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5.6 Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5.7 O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

5.8 O Licitante que desejar nomear representante/preposto para todos os atos, inclusive para a assinatura de contratos e/ou aditivos deverá apresentar Instrumento de Procuração.

6. DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.1 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem fazer jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Capítulo 5, deverão no ato do credenciamento (fora dos envelopes) apresentar documento oficial que comprove essa condição. (Art. 3º da LC 123/2006).

Nota (3): Entende-se por documento oficial: Declaração de Enquadramento, devidamente registrada na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

6.1.1 O licitante acima identificado que não comprovar através de documento oficial, sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não usufruirá do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.2 As microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como a cooperativa, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme determina o Artigo 43 da LC 123/2006.

6.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.4 A não regularização da documentação, no prazo legal, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

6.6 As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações e no art. 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no ato do credenciamento (fora dos envelopes) documento oficial que comprove essa condição.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

Nota (4): Entende-se por documento oficial: Declaração de Enquadramento, devidamente registrada na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, além de todos os documentos previstos neste Edital.

6.7 A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

7.1 Os Envelopes referentes à PROPOSTA DE PREÇOS e aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão recebidos pelo Pregoeiro em Sessão Pública marcada para o dia, horário e local, fixados neste Edital, em 02 (dois) envelopes distintos e lacrados, contendo, em sua parte externa e frontal, contendo os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO - RS

Edital de Pregão Presencial nº 012/2017

Envelope nº 01 - PROPOSTA

Proponente (nome completo da empresa)

MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO - RS

Edital de Pregão Presencial nº 012/2017

Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

Proponente (nome completo da empresa)

7.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

8. DO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA FINANCEIRA

8.1 A proposta deverá ser entregue dentro do **ENVELOPE Nº 01**, podendo ser datilografada, digitada ou impressa por qualquer meio mecânico ou eletrônico e apresentada, em uma única via, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas deverão estar sequencialmente numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da licitante, e dela deverão constar:

a) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

- b) Declaração expressa de que o preço proposto inclui todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, mão-de-obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos serviços discriminados no Termo de Referência e especificações **(ANEXO I)**.
- c) Proposta financeira, conforme modelo **(ANEXO IV)**.
- d) A licitante deverá indicar a conta bancária, endereço, telefone e e-mail.

9. DO PREÇO

- 9.1 A licitante deverá indicar os preços unitário por item e o VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, conforme proposta financeira **(ANEXO IV)**.
- 9.2 Somente será aceita cotação em moeda nacional, isto é, em Real (R\$), em algarismo arábico e também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.
- 9.3 É estabelecido o preço global máximo de **R\$ 22.555,00 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)**, para a contratação dos serviços objeto do presente Edital.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 10.1 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, à autora da oferta de valor de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- 10.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- 10.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
- 10.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 10.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 10.3 e 10.4.
- 10.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 30 segundos (trinta segundos) para apresentar nova proposta.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

10.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

10.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

10.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 31 deste edital.

10.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total do lote estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

10.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

10.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço global da proposta dos veículos segurados, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

10.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) contiverem opções de preços alternativos;
- c) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- d) se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do itens 8 e 9;
- e) apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Nota (5): Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.15 Da sessão pública do pregão presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas,



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

10.16 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 34.11 deste Edital.

10.17 Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1 O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2 Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar dentro do **ENVELOPE Nº 02**, os documentos a seguir listados:

12.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Carteira de identidade dos sócios;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa Individual;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota (6): os documentos das alíneas “b” e “c”, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade; compatível com o objeto do Edital;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da Lei.

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Nota (7): As Certidões Negativas de Débitos relativos as contribuições previdenciárias (INSS) e Fazenda Federal poderão ser apresentada a certidão unificada em conformidade com a Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751 de 02.10.2014.

12.1.3 Qualificação Técnica

a) 02 (dois) Atestados, no mínimo, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, contendo nome legível e telefone da pessoa para contato, que comprove que a licitante já entregou equipamentos pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

12.1.4 Qualificação Econômica - Financeira

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.2 Todos os documentos a apresentar, deverão estar dentro do prazo de validade neles indicados pelo órgão expedidor. Na falta dessa indicação expressa, somente serão considerados válidos aqueles expedidos nos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização desta licitação, exceto para os Atestados Técnicos e ressalvadas hipóteses da Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior, mediante indicação de norma legal pertinente.

13. DECLARAÇÕES - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

13.1 Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação conforme modelo **(ANEXO VI)**;

13.2 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo **(ANEXO VII)**.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

13.3 Declaração que cumpre plenamente os requisitos da habilitação e entrega os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos (**ANEXO VIII**).

Nota (10): As Declarações que não tenham sido assinadas por sócio administrador deverão ser acompanhadas de Procuração, que conceda poderes ao signatário.

Nota (11): As Declarações deverão ser transcritas em papel timbrado da empresa licitante.

14. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1 Encerrada a fase de lance, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, verificando sua regularidade;

14.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

14.3 Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o Pregoeiro examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

14.4 Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3º da Lei nº 8.666/93, mantendo-se a classificação das propostas e lance verbais.

14.5 Da suspensão da sessão pública de realização do Pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitantes, assinada pelos representantes presentes, pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

14.6 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados.

14.7 Os envelopes com sinal de violação ou não lacrados não serão recebidos pela Comissão.

14.8 Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentados.

14.9 O conteúdo do envelope será rubricado pelos membros da Comissão do Pregão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

14.10 Em todos os atos públicos serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

15. DOS RECURSOS



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

15.1 A intenção de recorrer deverá ser motivada, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro, devendo a licitante interessada indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata.

15.2 O Pregoeiro indeferirá liminarmente recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata.

15.3 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

15.4 Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, a licitante poderá juntar, no prazo de 03 (três) dias, contados do dia subsequente à realização do pregão, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão.

15.5 As demais licitantes, ficando intimadas desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo local e no mesmo lapso do subitem anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.6 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

15.7 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

16.2 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta adequada ao desconto ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão.

16.3 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Administração, poderá ser solicitada prorrogação geral da referida validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

16.4 No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar o Contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, a Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo poderá revogá-la, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido contratada.

17 - DOS PRAZOS E DA GARANTIA

17.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o Contrato, conforme Minuta em anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

17.3 O prazo de entrega dos equipamentos é de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

17.4 A CONTRATADA deverá prestar garantia mínima dos equipamentos coletores de dados e impressoras portáteis por período mínimo de 01 (um) ano, contado do recebimento definitivo do mesmo, para mão de obra e reposição de materiais, inclusive bateria(s), sensores e peças móveis.

18. DA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1 O Administração Pública, através do Setor de Licitações convocará oficialmente ao adjudicatário, durante a validade da sua proposta para, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

18.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Licitação, sem prejuízo de pena de multa, no valor de 10% do valor do contrato e da cominação prevista no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

18.5 O disposto neste item não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

18.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a convocação de que tratam os itens 18.1 e 18.2, respectivamente, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

19. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DA VIGÊNCIA

19.1 O período de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**.

19.2 O prazo de entrega dos equipamentos é de **15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato**.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, conforme os preços apresentados na proposta, mediante a apresentação da fatura correspondente, visada pela fiscalização, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

20.2 As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na planilha da proposta, que passa a integrar o presente Edital, independente de transcrição ou anexação.

20.3 Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da Contratada.

20.4 Deverão ser entregues, juntamente com a nota fiscal, as Certidões atualizadas (válidas) relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.

21. DA AUTORIZAÇÃO E DA DESPESA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1 A realização desta licitação encontra-se autorizada no Processo Administrativo nº 035/2017.

21.2 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados na dotação orçamentária a seguir discriminada:

PROJETO: 1003
CATEGORIA: 449052
RECURSO: 0001

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1 É vedada a subcontratação do objeto do contrato.



23. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

23.1 Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

23.2 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

24. DOS REAJUSTES

24.1 Na hipótese de prorrogação do Contrato após 12 (doze) meses de vigência, o mesmo poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA-IBGE)

24.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

24.4 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25. DA FISCALIZAÇÃO

25.1 A fiscalização da execução dos serviços contratados será realizada por servidor designado através de Portaria, cabendo aquele, o acompanhamento, controle, aceitação dos serviços e atesto das Notas Fiscais/Faturas, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao especificado.

25.2 A presença da fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com o Contratado, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

25.3 A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado do Contratado, que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação;

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1 O CONTRATANTE obriga-se a:

26.1.1 Efetuar o pagamento ajustado



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

26.1.2 Fiscalizar a execução deste contrato.

26.1.3 Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1 A CONTRATADA obriga-se a:

27.1.1 Em razão do presente instrumento, a empresa CONTRATADA se obriga a:

27.1.2 Fornecer os equipamentos, materiais consumíveis e software conforme especificado no Edital e Termo de Referência.

27.1.3. Prestar garantia mínima dos equipamentos coletores de dados e impressoras portáteis por período mínimo de 01 (um) ano, contado do recebimento definitivo do mesmo, para mão de obra e reposição de materiais, inclusive bateria(s), sensores e peças móveis. Não estão incluídos nessa cláusula defeitos provocados comprovadamente por mau uso conforme especificado no Termo de Referência.

27.1.4. Fornecer equipamentos homologados junto à ANATEL.

27.1.5. Fornecer treinamento para os Servidores do Departamento de Água do Município.

27.1.6 Apresentar, mensalmente, relatório informando as atividades desenvolvidas de manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, para fins de controle, gerenciamento e criação de histórico de atividades realizadas.

27.1.7. Caso o Município venha a efetuar a troca do Software de Gestão Financeira, a Contratada deverá realizar as alterações necessárias para a transferência de informações entre o software de geração de contas de água e o novo aplicativo sem ônus ao Município, e em prazo máximo de 15 (quinze) dias.

29. EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

29.1 Será observado o contido na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, especialmente no art. 65, no caso da empresa requerer equilíbrio econômico financeiro além da documentação comprobatória, poderá a Municipalidade efetuar levantamento dos itens apresentados, conforme média de valores de mercado vigente.

30. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, de acordo com os artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

31.1 Em caso de inadimplência, a licitante vencedora estará sujeito às seguintes penalidades:

31.1.1 Multa:

a) Pelo atraso injustificado no início e/ou na execução dos serviços, nos prazos previstos neste Edital, será aplicada multa moratória na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal do contrato, até 30 (trinta) dias de atraso. Após esse prazo, a multa poderá ser calculada sobre o valor total do contrato. Contudo, a qualquer momento, em decorrência do atraso, poderá, justificadamente, rescindir o contrato e/ou imputar à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

b) Pela não prestação dos serviços ou não prestação dos serviços a contento, sem justa causa, será aplicado multa na razão de até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, podendo, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

c) Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo Município, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitens anteriores, acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

e) Pela apresentação de documentação falsa, retardamento na execução do objeto, não manutenção da proposta, comportamento inidôneo e fraude ou falha na execução do contrato poderá ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, neste caso, ser aplicada multa de até 30% sobre o valor total contratado;

f) Pelo descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração cometida pela licitante vencedora, podendo, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

31.2 As multas a que aludem as cláusulas anteriores não impedem que o Município rescinda unilateralmente o contrato ou aplique, também, outra das penalidades previstas.

31.3 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada da garantia, quando prestada, ou dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município e, se for o caso, cobrada judicialmente.

31.4 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.



32. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

32.1 Fica assegurado ao Município de Doutor Ricardo, o direito de, a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente Licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, suficiente para justificar o ato, sem que assista às licitantes direito à indenização.

32.2 A autoridade competente poderá ainda, anular a presente Licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

33. DA IMPUGNAÇÃO

33.1 É facultado a qualquer cidadão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

33.2 A impugnação interposta deverá ser protocolizada no Setor de Licitações.

33.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

33.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, data de, exclusivamente, por meio eletrônico, via e-mail: licitacoes@doutorricardo.rs.gov.br.

34. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1 Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

34.2 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

34.3 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

34.4 É facultada ao Pregoeiro e Equipe de Apoio ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

34.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

34.6 A licitante vencedora submete-se às exigências, descontos e/ou retenções exigidos pelo INSS, IR e ISS.

34.7 O Edital e seus anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado na Rodovia RS 332, KM 21, nos dias úteis, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h. Os referidos documentos, também, estão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico **www.doutorricardo.rs.gov.br**.

34.8 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

34.9 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio com base nas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

34.10 Fica eleito o Foro de Encantado - RS, com renúncia dos demais por mais privilegiado que sejam, para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação, bem como do contrato a ser celebrado, depois de esgotadas todas as vias administrativas.

34.11 Informações complementares sobre o presente Edital poderão ser obtidas através do telefone (51) 3612-2008 e e-mail: licitacoes@doutorricardo.rs.gov.br. Se referentes a condições específicas para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, deverão ser solicitadas à Comissão, por escrito, no endereço indicado para recebimento das propostas, no máximo em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Licitação. As licitantes que tiverem eventuais dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidas durante o expediente da Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo, até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para a abertura da Licitação, no Setor de Licitações, sito no Centro Administrativo Municipal, na Rodovia RS 332, KM 21, Doutor Ricardo-RS. A licitante interessada poderá adquirir cópia do presente Edital junto à Secretaria de Administração do Município.

34.12 Integram este Edital os seguintes ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Relação de equipamentos;
- Anexo III – Orçamento estimativo;
- Anexo IV – Modelo Proposta Financeira;
- Anexo V – Modelo de credenciamento específico;
- Anexo VI – Modelo de Declaração de superveniência de fato impeditivo para habilitação;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

- Anexo VII - Modelo de Declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de aceitação integral dos termos deste Edital;
- Anexo IX - Minuta do Contrato.

Doutor Ricardo – RS, 07 de abril de 2017.

CATEA MARIA BORSATTO ROLANTE
PREFEITA MUNICIPAL DOUTOR RICARDO - RS

Este Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 012/2017 foi revisado em 04/04/2017 e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica. Segue Minuta de Contrato. Publique-se.

SEBASTIÃO LOPES ROSA DA SILVEIRA
ASSESSOR JURÍDICO MUNICIPAL
OAB/RS 25.753

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA



1. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem como objetivo especificar as condições para a contratação de empresa para aquisição de equipamentos coletores de dados, material de consumo e licença de uso de programa para efetuar a leitura de consumo de água no Município de Doutor Ricardo - RS

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando a necessidade de automatizar o processo de coleta, leitura e emissão de dados do consumo da água dos munícipes de Doutor Ricardo - RS.

Com a automação do sistema, o leiturista munido de um coletor eletrônico de dados e uma impressora portátil, executa toda leitura, cálculo, emissão e entrega da conta numa única visita.

Deste modo, a contratação visa eliminar ou minimizar processos burocráticos, como digitação das planilhas de leitura, com conseqüente redução de custo e eliminação de possíveis erros no lançamento de dados. As vantagens resultantes do uso da tecnologia são evidentes, permitindo a redução no tempo de resposta no processo de faturamento dos serviços, aumento da produtividade e a conseqüente melhoria na prestação de serviços.

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de coletor de dados e impressora portátil para emissão simultânea de contas de água;
- 1.2. Aquisição de bobinas de papel térmico para impressão de contas de água.
- 1.3. Instalação e treinamento de programa aplicativo (software) para automatizar o processo de leitura, cálculo de consumo de água e emissão de contas de água.
- 1.4. Manutenção mensal de software aplicativo (Item 1.3).
- 1.5. Etiquetas aço inox com código de barras.

2. DA ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO EQUIPAMENTO COLETOR DE DADOS PORTÁTIL

2.1. Características de Resistência, Robustez e Ergonomia

- 2.1.1. O coletor deverá vir identificado em sua carcaça com o número de série, marca e modelo;
- 2.1.2. Deverá estar certificado para resistir a quedas de, no mínimo, 1,2 metros no chão de concreto;
- 2.1.3. Deverá possuir a classificação de selagem de IP54 ou superior;
- 2.1.4. Deverá ser capaz de suportar temperatura em operação na faixa de 20° C negativos a 50° C positivos e umidade até 95%;
- 2.1.5. Não deverá ter em sua carcaça arestas cortantes ou parafusos salientes;



2.1.6. O coletor equipado com os itens necessários para atender esta especificação e com sua bateria original deverá ter peso máximo de 195g, não estando incluídos nesta conta os acessórios de uso parcial, ou seja, carregador de bateria, base de conexão, cabos de conexão, e outros.

2.1.7. Cada coletor deverá ser disponibilizado acompanhado de capa de couro, com resistência mecânica e isolamento eletrostático, com alça de pulso;

2.1.8. Integra o coletor todos os acessórios necessários a comunicação USB e dispositivo de recarga das baterias de energia;

2.2. Processador e Memória Principal

2.2.1. O processador do coletor deverá possuir clock mínimo de 1 GHz;

2.2.2. A memória principal instalada deverá ter pelo menos 256 MB de memória RAM e 512 MB de memória Flash não volátil;

2.2.3. Deverá possuir slot livre para acréscimo de cartão de memória adicional micro SD.

2.3. Baterias

2.3.1. Deverá possuir bateria recarregável de Lithium-Ion com capacidade suficiente para permitir autonomia mínima de 08 (oito) horas de utilização contínua do equipamento;

2.3.2. Indicação de carga de bateria, para permitir ações de salvamento e/ou transmissão de dados;

2.3.3. Após o esgotamento da bateria, o coletor não deverá perder nenhuma configuração, devendo também possuir proteção dos dados na substituição ou carregamento das mesmas.

2.3.4. Deverá ser fornecido um carregador de baterias com alimentação 110/220 Vca por equipamento, do tipo automático.

2.3.5. O tempo máximo esperado para o restabelecimento completo da carga da bateria não deve ser superior a 6 (seis) horas.

2.3.6. Deverá ser fornecido juntamente com o equipamento 01 (uma) bateria sobressalente Original.

2.4. Teclado

2.4.1. O coletor de dados deverá possuir teclado do tipo numérico com no mínimo 10 (dez) teclas físicas numéricas, além das teclas de função necessárias à operação do mesmo.

2.4.2. O coletor de dados deverá possuir teclas de navegação direcional para cima, para baixo, para direita e para esquerda;

2.4.3. As teclas numéricas deverão ter dimensões mínimas de 9 x 5 milímetros e com espaçamento mínimo de 1 milímetro entre elas, de forma proporcionar produtividade e conforto dos usuários em sua utilização intensiva;



2.5. Display de Cristal Líquido

2.5.1. O coletor deverá possuir um display de cristal líquido colorido (TFT) com no mínimo 2.8 polegadas e resolução mínima de 240 x 320 pixels;

2.5.2. Deverá ser equipado com touch-screen que permita o acionamento de comandos e aplicativos através do toque na tela;

2.5.3. Deverá ser equipado com dispositivo apontador para acionamento da tela, devidamente preso ao corpo do coletor;

2.5.4. Deverá ser fornecido o driver do dispositivo touch-screen já configurado no Windows Mobile instalado no equipamento;

2.5.5. O display deverá ter iluminação interna para que possa ser utilizado em período noturno ou em ambientes escuros;

2.6. Captura de Imagens

2.6.1. Deverá possuir um módulo ótico integrado, sem partes móveis, auto foco com LED flash, que permita a captura de imagens com resolução mínima de 640 x 480 pixels (VGA) e formato JPG, no mínimo;

2.6.2. O dispositivo de captura deverá mostrar a imagem na tela do coletor antes da captura, possibilitando o enquadramento do objeto.

2.7. Sistema Operacional

2.7.1. O coletor deverá ser compatível e disponibilizado com uma cópia instalada e licenciada do sistema operacional Windows Mobile 6 ou superior compatível ao software;

2.7.2. O sistema operacional de cada equipamento deve estar licenciado pelo fabricante, para uso do CONTRATANTE.

2.8. Comunicação

2.8.1. Deverá possuir interface de comunicação BLUETOOTH Classe II;

2.8.2. Deverá possuir interface USB;

2.8.3. Deverá possuir interface de comunicação A-GPS;

2.8.4. Deverá possuir interface de comunicação WIFI;

2.8.5. Deverá possuir interface e capacidade de comunicação de telefonia GSM nas faixas de 850MHz, 900MHz, 1800MHz e 1900MHz (Quadriband);



2.8.6. O equipamento ofertado deverá estar de acordo com as normas técnicas e homologações da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

2.8.7. A comprovação do item anterior se dará mediante Certificado de Homologação do Equipamento emitida pela ANATEL para as tecnologias exigidas neste Termo de Referência, a ser entregue juntamente com os equipamentos.

2.9. Outras características:

2.9.1. O coletor deverá possuir calendário e relógio internos, com sistema de manutenção da configuração durante a troca da bateria;

2.9.2. O coletor deverá possuir leitor de código de barras 2D integrado;

2.10. Garantia

2.10.1. O equipamento deverá possuir garantia total de 01 (um) ano, contado da data de recebimento do mesmo, para mão de obra e reposição de materiais, inclusive bateria(s), sensores e peças móveis. Não estão incluídos neste item defeitos provocados comprovadamente por mau uso. Não se considera mau uso ocorrências previstas dentro do contido nos itens 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 2.8.5

3.DA ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DA IMPRESSORA PORTÁTIL

3.1. Características da impressão

3.1.1. Tecnologia do tipo térmica direta com capacidade para imprimir o código de barras no padrão FEBRABAN;

3.1.2. Capacidade de impressão de no mínimo 400 contas em 8 horas;

3.1.3. Capacidade para largura de papel de 25,4 a 112 mm, largura de impressão 104mm;

3.1.4. Resolução mínima de 200 DPI;

3.1.5. Velocidade mínima de impressão: 3 polegadas por segundo;

3.1.6. Sensor de detecção de posicionamento término de papel;

3.2. Características Físicas

3.2.1. Peso, com bateria e sem papel, de no máximo 600g.

3.3. Conectividade

3.3.1. Deve possuir interface USB (acompanhado de cabo);

3.3.2. Deve possuir interface de comunicação sem fio do tipo Bluetooth, versão 1.2 ou superior, com certificado de homologação especificamente para o produto, emitido pela ANATEL.



3.4. Memória interna

3.4.1. Memória RAM de no mínimo 16 Mbytes.

3.4.2. Memória Flash de no mínimo 32 Mbytes.

3.5. Painel de controle

3.5.1. O painel de controle da impressora deve possuir um indicador para visualização de informações sobre o estado da impressão, mensagens de erros e nível da carga da bateria;

3.5.2. Deve possuir tecla liga/desliga e botão para avanço do papel.

3.6. Alimentação

3.6.1. Bateria recarregável do tipo Lithium-Ion com duração da carga suficiente para operação por pelo menos 4 horas de uso contínuo;

3.6.2. Cada impressora deve vir acompanhada de carregador de bateria com alimentação de 110/220 Vca do tipo automático.

3.6.3. O tempo máximo esperado para o restabelecimento da carga da bateria é de 2,5 horas.

3.6.4. Deverá ser fornecido juntamente com o equipamento 01 (Uma) bateria sobressalente Original e uma doca de carga com seus respectivos acessórios.

3.7. Resistência física

3.7.1. Deve resistir a quedas de até 1,2 metros sobre o concreto;

3.7.2. Deve ser homologada com no mínimo índice de proteção industrial IP54;

3.7.3. Deverá ser capaz de suportar temperatura em operação na faixa de 10° C negativos a 50° C positivos e umidade até 90%;

3.8. Ergonomia

3.8.1. Cada impressora deverá ser disponibilizada acompanhado de capa de couro, com resistência mecânica e isolamento eletrostático, com alça regulável e cinta compatível para utilização à tiracolo, para transporte do equipamento preso ao corpo, com ajuste de comprimento;

3.8.2. Não deverá ter em sua carcaça arestas cortantes ou parafusos salientes;

3.9. Garantia

3.9.1. O equipamento deverá possuir garantia total de 01 ano, contados da data de recebimento do mesmo, para mão de obra e reposição de materiais, inclusive baterias, sensores, peças móveis



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

(sistema de tração da bobina de papel e outros) e componentes do sistema de sensibilização do papel térmico. Não estão incluídos neste item produtos consumíveis (bobina de papel) e defeitos provocados comprovadamente por mau uso. Não se considera mau uso ocorrências previstas dentro do contido nos itens 3.1.2, 3.7.1, 3.7.2 e 3.7.3.

4.DA HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Adaptação do Programa Aplicativo e Homologação

Até o 5º (quinto) dia útil após a publicação da classificação preliminar, deverá ser entregue pelo proponente classificado em primeiro lugar, arquivo digital compatível com o sistema de gestão pública do Município, para que o mesmo seja enviado ao departamento técnico da empresa responsável pelo software a fim de emitir o Atestado de Compatibilidade entre os softwares (Homologação).

5.DA HOMOLOGAÇÃO PELA ANATEL DO COLETOR DE DADOS E IMPRESSORA

Os equipamentos fornecidos deverão ser homologados pela ANATEL.

6.DA ESPECIFICAÇÃO DAS BOBINAS DE PAPEL PARA IMPRESSÃO DE CONTAS.

Bobina de papel térmico 104 mm x 235 mm, com tubete de 20 mm com aproximadamente 90 formulários de contas pré-impresso nas duas faces, conforme layout a ser fornecido pela Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo. Quantidade – 20.000 formulários.

7. ESPECIFICAÇÃO DO APLICATIVO PARA AUTOMAÇÃO DE LEITURA E EMISSÃO DE CONTAS DE ÁGUA.

7.1 O programa aplicativo para automação do processo de leitura, cálculo do consumo e emissão de contas de água envolve seu desenvolvimento, e;

7.2. Impressão de fatura instantânea com código de barras padrão FEBRABAN, incluindo importação e exportação de dados para o software utilizado pela Prefeitura;

7.3.Cessão de uso do aplicativo para todos os coletores de dados adquiridos;

7.4. Compatibilidade com o sistema operacional Windows Mobile 6, conforme item 2.7 deste Termo de Referência;

7.5. Compatibilidade com os itens 2 e 3 deste Termo de Referência.

7.6. Será feita uma avaliação da adequação e funcionalidade do sistema completo, conforme descrito no item 4 – Homologação da solução - deste Termo de Referência, envolvendo o leitor de código de barras, impressora térmica e programa aplicativo, com a homologação da solução, se aprovada, dentro dos parâmetros requeridos;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

- 7.7. O referido aplicativo deverá ser instalado em cada leitor de código de barras a ser adquirido, vindo acompanhado de treinamento para os funcionários do departamento de água do Município;
- 7.8. Identificação da Unidade Consumidora: (Deve contemplar todas as opções abaixo)
 - Através da utilização de rotas pré-programadas (Caso não exista uma rota definida, o aplicativo deve memorizar a ordem da primeira leitura da rota);
 - Através da leitura de código de barras padrão Code 128 (Vínculo Cadastro x Hidrômetro)
 - Pelo Nome de Rua, Numero do Imóvel ou Numero do Hidrômetro;
- 7.9. Backup do banco de dados do Coletor – O Aplicativo deve gerar cópia de segurança do banco de dados do coletor automaticamente no mínimo duas vezes por dia (Nos dias em que estiver em uso). O Arquivo deve ser salvo em mídia removível existente no coletor (Cartão Micro SD).
- 7.10. Efetuar a transmissão das leituras já efetuadas parcialmente (mesmo não tendo finalizado uma determinada rota);
- 7.11. Armazenar no banco de dados de cada coletor, histórico de leitura dos últimos 12 meses;
- 7.12. Imprimir na conta o histórico de consumo dos últimos 6 meses, com as seguintes informações: mês de consumo, quantidade consumida, dias de consumo, consumo médio;
- 7.13. Visualizar na tela do coletor, no caso da leitura estar sendo executada pela ordem de rotas, a listagem de endereços em ordem de leitura, indicando assim ao leitorista, o próximo endereço a visitar;
- 7.14. Campo próprio para selecionar e informar ocorrências durante a leitura em campo;
- 7.15. Possuir rotina que verifique antes da impressão da conta, variações de consumo além do percentual informado (para mais ou para menos), tendo como base, a média dos últimos 06 meses de consumo e em caso de variações do percentual configurado, o aplicativo deverá mostrar mensagem na tela com as informações envolvidas;
- 7.16. Possibilidade de exclusão de registro de leitura permitindo nova leitura no mesmo dia;
- 7.17. Imprimir em campo apropriado mensagem de débito configurável, caso o contribuinte possua débitos vencidos;
- 7.18. Imprimir mensagem padrão - configurável.
- 7.19. Em caso de faturas cadastradas em débito em conta, o aplicativo deverá identificá-las através de uma mensagem impressa no campo destinado ao código de barras;
- 7.20. A Fatura deverá ser impressa em formulário pré-impresso, cujo layout estará disponível ao classificado em primeiro lugar;
- 7.21. O código de barras deverá ser no padrão FEBRABAN, com campos completamente configuráveis;
- 7.22. Após a conta ser impressa e entregue, o consumidor poderá paga-la imediatamente na rede bancária ou correspondentes bancários credenciados;



7.23. O Aplicativo deverá imprimir em campo apropriado no formulário, informações sobre a Qualidade da água fornecida aos consumidores, conforme determinação da ANVISA, bem como a data da realização da análise a ser impressa e a tabela comparativa dos valores com o padrão estipulado(referência);

7.24. Prazo para instalação: 15 dias a contar da assinatura do contrato.

8. TREINAMENTO

8.1 Após o desenvolvimento e implantação do software aplicativo pela empresa contratada, deverá ser promovido, conjuntamente com a equipe de profissionais de informática da CONTRATANTE, habilitada previamente, um treinamento de **16 (dezesesseis) horas**, para os principais usuários internos do sistema. Deverão ser treinados, todos os usuários que utilizarão o referido sistema. Para o treinamento serão adotadas as seguintes ações:

8.1.1 Elaboração do plano de treinamento dos usuários do sistema;

8.1.2 Produção de documentação para utilização como material didático;

8.1.3 Criação do ambiente de treinamento;

8.1.4 Sensibilização dos usuários do sistema;

8.1.5 Execução do treinamento dos usuários do sistema;

8.1.6 Avaliação do desempenho dos usuários.

8. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MENSAL DE SOFTWARE APLICATIVO – ITEM 1.4 DO OBJETO.

8.1 Manutenção mensal de Software Aplicativo (Item 7) utilizado para calculo e emissão de faturas instantâneas de água – em campo, incluídas atualizações quando lançadas, 01(uma) visita *in loco* por mês e renovação da licença de uso, necessárias para o bom funcionamento do mesmo, garantindo assim a ininterrupção do serviço.

9. DA ESPECIFICAÇÃO DAS ETIQUETAS DE AÇO INOX.

9.1 Etiqueta em Aço Inox 50mm x 20mm x 0,40mm com código de barras padrão EAN 128, gravado em baixo revelo por corrosão química, e deverá ter no mínimo 38mm x 8mm (c x a), e somente 4 dígitos.

9.2 O número deverá ser sequencial, e gravado também em baixo relevo por corrosão química na parte superior do código de barras, com quatro dígitos que vão de 0001 a 0500.

Tamanho mínimo da fonte = 16 – Tipo Fonte = Arial ou Similar.



10. DOS QUANTITATIVOS

10.1. A aquisição dos equipamentos, objeto 1.1 deste Termo de Referência será por conjunto, composto de 1 coletor e 1 impressora. Os quantitativos de aquisição serão de 1 (um) conjunto;

10.2. A aquisição dos consumíveis, objeto 1.2 deste Termo de Referência, será de 20.000 formulários, conforme especificações do item 6.

10.3. A Instalação do software, objeto 1.3 deste Termo de Referência, será de uma Unidade, nos termos do Item 7.

10.4. A Aquisição das etiquetas, objeto 1.5 deste Termo de Referência será de 500 unidades, conforme especificação do item 9.

11. DO LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS

11.1. Os equipamentos e consumíveis adquiridos serão entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo/RS, em até 05 (cinco) dias a contar da data da emissão da Ordem de Compra.

12. DA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Os equipamentos adquiridos serão distribuídos para utilização a critério da Prefeitura de Doutor Ricardo.

13. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Os equipamentos que necessitarem dos serviços de manutenção corretiva e/o preventiva observarão o Termo de Garantia dos mesmos.

O prazo referente à manutenção do aplicativo será de 12 meses, a contar da assinatura do contrato , podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite da lei nº 8.666/93.

14. GARANTIA DO CONTRATANTE - PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL

14.1 Conforme artigo 2º da Lei nº 9609/98, os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais, resultante desta contratação, no que se refere aos artefatos, documentos, software, banco de dados, são propriedade da CONTRATANTE.

14.2 O software deverá ser de pleno conhecimento do CONTRATANTE e elaborado em acordo com as especificações e seus critérios, sendo vedado à omissão de qualquer informação técnica, inclusive fontes de programas, compiladores e processos de depuração.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II
RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO BEM
01	01	UNID.	Coletor de Dados
02	01	UNID.	Impressora portátil p/ emissão simultânea de contas de água.
03	20.000	UNID.	Formulários pré Impresso p/ emissão das Faturas de Água.
04	01	UNID.	Aquisição e instalação de programa aplicativo (software) para automatizar o processo de leitura, cálculo de consumo de água e emissão de contas de água.
05	12	MESES	Manutenção mensal de software aplicativo.
06	500	UNID.	Etiqueta de aço inox com códigos de barras.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III
ORÇAMENTO ESTIMADO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR
01	01	UNID.	Coletor de Dados	R\$ 6.500,00
02	01	UNID.	Impressora portátil p/ emissão simultânea de contas de água	R\$ 3.500,00
03	20.000	UNID.	Formulários pré Impresso p/ emissão das Faturas de Água.	R\$ 3.080,00
04	01	UNID.	Aquisição e instalação de programa aplicativo (software) para automatizar o processo de leitura, cálculo de consumo de água e emissão de contas de água.	R\$ 3.500,00 até R\$ 4.500,00
05	12	MESES	Manutenção mensal de software aplicativo.	R\$ 4.800,00
06	500	UNID.	Etiqueta de aço inox com códigos de barras.	R\$ 1.175,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

Ao Município de Doutor Ricardo - RS

A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

A empresa, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR
01	01	UNID.	Coletor de Dados	
02	01	UNID.	Impressora portátil p/ emissão simultânea de contas de água	
03	20.000	UNID.	Formulários pré Impresso p/ emissão das faturas de água.	
04	1	UNID.	Aquisição e instalação de programa aplicativo (software) para automatizar o processo de leitura, cálculo de consumo de água e emissão de contas de água.	
05	12	MESES	Manutenção mensal de software aplicativo.	
06	500	UNID.	Etiqueta de aço inox com códigos de barras.	
VALOR TOTAL GLOBAL				

Validade da proposta:

Declaramos que o preço proposto inclui todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos serviços discriminados no Termo de Referência e especificações (ANEXO I).

_____, em ____ de _____ de 2017.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V

TERMO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). _____, portador(a) de Documento de Identidade com RG nº _____, para participar em procedimento licitatório - Pregão Presencial nº 12/2017, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

_____, em ____ de _____ de 2017.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), CNPJ nº sediada
.....(endereço completo), declara, sob penas da Lei, que até a
presente data inexistem fatos impeditivos par a sua habilitação na Pregão Presencial nº 12/2017, ciente
da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, em ____ de _____ de 2017.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....(empresa), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em trabalho de qualquer natureza, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, em ____ de _____ de 2017.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO INTEGRAL DOS TERMOS DESTE EDITAL

A, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA, para fins que aceita integralmente todas as condições do Edital de Pregão Presencial nº 12/2017.

_____, em ____ de _____ de 2017.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

Edital de Pregão Presencial nº 12/2017.

PREÂMBULO

O Município de Doutor Ricardo/RS, Entidade de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 01.613.360/0001-21, localizada na RS 332 KM 21, 3.699, neste município, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. CATEA MARIA BORSATTO ROLANTE, brasileira, casada, residente e domiciliado no Município de Doutor Ricardo/RS, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na Rua, na cidade de, neste ato representado por, comerciante, inscrito no CPF sob nº, para efeitos do presente, denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista a Adjudicação da licitação para aquisição de equipamentos coletores de dados, material de consumo e licença de uso de programa para efetuar a leitura da água no Município de Doutor Ricardo, conforme Edital nº 012/2017 e Pregão Presencial nº 012/2017, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA JUSTIFICATIVA

1.1. O presente instrumento, em razão de seu objeto, o qual segue explicitado na cláusula segunda deste contrato, em atendimento a tudo quanto exposto na Lei 8.666/93, foi precedido de procedimento Licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 012/2017, tipo menor preço Global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. É objeto do presente procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço global, a aquisição de equipamentos coletores de dados, material de consumo e licença de uso de programa para efetuar a leitura da água no Município de Doutor Ricardo.

2.2. Faz parte deste contrato o Termo de Referência constante no Anexo I do Edital de Licitação Pregão Presencial nº 012/2017, independente de transcrição.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS QUANTITATIVOS, DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

3.10 Valor global do presente contrato, incluídos todos os encargos, custos diretos e indiretos, inclusive tributos, fretes, contribuições sociais e encargos trabalhistas é de R\$ ____ (____). Este valor é distribuído entre equipamentos, consumíveis e manutenção mensal conforme quadro abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO BEM
01	01	UNID.	Coletor de Dados
02	01	UNID.	Impressora portátil p/ emissão simultânea de contas de água.
03	20.000	UNID.	Formulários pré Impresso p/ emissão das Faturas de Água.
04	01	UNID.	Aquisição e instalação de programa aplicativo (software) para automatizar o processo de leitura, cálculo de consumo de água e emissão de contas de água.
05	12	MESES	Manutenção mensal de software aplicativo.
06	500	UNID.	Etiqueta de aço inox com códigos de barras.

3.2. O pagamento dos equipamentos e consumíveis será realizado após 10 dias do recebimento definitivo e emissão do Laudo de Aprovação do Funcionamento da Solução.

3.3. O pagamento da manutenção mensal do Software será realizado até o 10º dia do mês subsequente ao serviço executado.

3.4. As Notas Fiscais/Faturas emitidas pelo licitante vencedor deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número deste Pregão Presencial, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.5. O valor contratado é fixo e irrevogável pelo prazo de duração do contrato, excetuando a hipótese de manutenção do equilíbrio econômico financeiro decorrente de fato superveniente desde que não contrário ao interesse público e ao princípio da economicidade, devidamente comprovado. Fica assegurada a correção monetária na hipótese de prorrogação, nos termos do item 11.1 do edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PRAZOS E DA GARANTIA

4.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o Contrato, conforme Minuta em anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

4.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.3 O prazo de entrega dos equipamentos é de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

4.4 A CONTRATADA deverá prestar garantia mínima dos equipamentos coletores de dados e impressoras portáteis por período mínimo de 01 (um) ano, contado do recebimento definitivo do mesmo, para mão de obra e reposição de materiais, inclusive bateria(s), sensores e peças móveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA ASSINATURA DO CONTRATO

5.1 O Administração Pública, através do Setor de Licitações convocará oficialmente ao adjudicatário, durante a validade da sua proposta para, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

5.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

5.3 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Licitação, sem prejuízo de pena de multa, no valor de 10% do valor do contrato e da cominação prevista no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

5.5 O disposto neste item não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

5.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a convocação de que tratam os itens 18.1 e 18.2, respectivamente, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DA VIGÊNCIA



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

6.1 O período de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município.

6.2 O prazo de entrega dos equipamentos é de **15 (quinze) dias**, a contar da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, conforme os preços apresentados na proposta, mediante a apresentação da fatura correspondente, visada pela fiscalização, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

7.2 As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na planilha da proposta, que passa a integrar o presente Edital, independente de transcrição ou anexação.

7.3 Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da Contratada.

7.4 Deverão ser entregues, juntamente com a nota fiscal, as Certidões atualizadas (válidas) relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.

CLÁUSULA OITAVA: DA AUTORIZAÇÃO E DA DESPESA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 A realização desta licitação encontra-se autorizada no Processo Administrativo nº 035/2017.

8.2 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados na dotação orçamentária a seguir discriminada:

PROJETO: 1003
CATEGORIA: 449052
RECURSO: 0001

CLÁUSULA NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA DECIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

10.2 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: DOS REAJUSTES

11.1 Na hipótese de prorrogação do Contrato após 12 (doze) meses de vigência, o mesmo poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA-IBGE), mediante solicitação do Contratado.

11.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

11.4 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A fiscalização da execução dos serviços contratados será realizada por servidor designado através de Portaria, cabendo aquele, o acompanhamento, controle, aceitação dos serviços e atesto das Notas Fiscais/Faturas, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao especificado.

12.2 A presença da fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com o Contratado, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

12.3 A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado do Contratado, que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação;

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 O CONTRATANTE obriga-se a:

13.1.1 Efetuar o pagamento ajustado

13.1.2 Fiscalizar a execução deste contrato.

13.1.3 Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação



CLÁUSULA DECIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A CONTRATADA obriga-se a:

14.1.1 Em razão do presente instrumento, a empresa CONTRATADA se obriga a:

14.1.2 Fornecer os equipamentos, materiais consumíveis e software conforme especificado no Edital e Termo de Referência.

14.1.3. Prestar garantia mínima dos equipamentos coletores de dados e impressoras portáteis por período mínimo de 01 (um) ano, contado do recebimento definitivo do mesmo, para mão de obra e reposição de materiais, inclusive bateria(s), sensores e peças móveis. Não estão incluídos nessa cláusula defeitos provocados comprovadamente por mau uso conforme especificado no Termo de Referência.

14.1.4. Fornecer equipamentos homologados junto à ANATEL.

14.1.5. Fornecer treinamento para os Servidores do Departamento de Água do Município.

14.1.6 Apresentar, mensalmente, relatório informando as atividades desenvolvidas de manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, para fins de controle, gerenciamento e criação de histórico de atividades realizadas.

14.1.7. Caso o Município venha a efetuar a troca do Software de Gestão Financeira, a Contratada deverá realizar as alterações necessárias para a transferência de informações entre o software de geração de contas de água e o novo aplicativo sem ônus ao Município, e em prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

15.1 Será observado o contido na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, especialmente no art. 65, no caso da empresa requerer equilíbrio econômico financeiro além da documentação comprobatória, poderá a Municipalidade efetuar levantamento dos itens apresentados, conforme média de valores de mercado vigente.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

16.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, de acordo com os artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Em caso de inadimplência, a licitante vencedora estará sujeito às seguintes penalidades:

17.1.1 Multa:



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

- a) Pelo atraso injustificado no início e/ou na execução dos serviços, nos prazos previstos neste Edital, será aplicada multa moratória na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal do contrato, até 30 (trinta) dias de atraso. Após esse prazo, a multa poderá ser calculada sobre o valor total do contrato. Contudo, a qualquer momento, em decorrência do atraso, poderá, justificadamente, rescindir o contrato e/ou imputar à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- b) Pela não prestação dos serviços ou não prestação dos serviços a contento, sem justa causa, será aplicado multa na razão de até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, podendo, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- c) Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo Município, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitens anteriores, acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- e) Pela apresentação de documentação falsa, retardamento na execução do objeto, não manutenção da proposta, comportamento inidôneo e fraude ou falha na execução do contrato poderá ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, neste caso, ser aplicada multa de até 30% sobre o valor total contratado;
- f) Pelo descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração cometida pela licitante vencedora, podendo, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

17.2 As multas a que aludem as cláusulas anteriores não impedem que o Município rescinda unilateralmente o contrato ou aplique, também, outra das penalidades previstas.

17.3 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada da garantia, quando prestada, ou dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município e, se for o caso, cobrada judicialmente.

17.4 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

18.1 O resumo deste contrato será encaminhado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, para a publicação, consoante dispõe o Artigo 61 - Parágrafo Único da Lei Federal nº8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Encantado - RS., com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas com o presente contrato.

E por estarem assim justas e contratadas as partes, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas abaixo, para que gere seus jurídicos e legais efeitos.

Doutor Ricardo-RS.,

CONTRATADA

CONTRATANTE

ASSESSOR JURÍDICO

TESTEMUNHAS: _____